



Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura

AV. DA UNIVERSIDADE, 2995 – BENFICA

CEP 60.020-181 – FORTALEZA-CEARÁ.

CP. 12.132 – CNPJ 05.330.436/0001-62.

FONE (85) 3521.3444 - FAX (85) 3243.5381.

<http://www.fcpc.ufc.br/> admfcpc@fcpc.ufc.br

CONSELHO CURADOR

RESOLUÇÃO Nº 02/2014

Aprova os Demonstrativos Contábeis de 2013 da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, de acordo com o Relatório (parecer) da Auditoria independente, realizada pela Empresa Barros Auditores e Consultores.

O CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA, no uso de suas atribuições estatutárias, e de acordo com a 128ª Reunião Ordinária do Conselho Curador, realizada no dia 10 de março de 2014,

RESOLVE aprovar os **DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS de 2013**, de acordo com o Relatório (parecer) da Auditoria independente, realizada pela Empresa Barros Auditores e Consultores, tudo em anexo, partes integrantes deste termo, independente de transcrição.

Fortaleza, 10 de março de 2014


Prof. José Ademair Gondim Vasconcelos
Presidente do Conselho Curador da FCPC

PARECER

O Conselho Fiscal da FCPC, reuniu-se para deliberar sobre as Contas apresentadas pela FCPC no ano de 2013, na Sala da Assessoria Jurídica do Centro de Treinamento e Desenvolvimento – CETREDE, na Avenida da Universidade, n. 2932, Benfica, Fortaleza, Ceará. Atentos à documentação apresentada para análise, tiramos as seguintes conclusões:

1 – É fundamental ter por norte que as atividades desempenhadas se incluem em uma programação de sua própria natureza, a de ser uma Pessoa jurídica de Direito Privado Sem fins Econômicos;

2 – Escriturações como: Despesas em Serem Ressarcidas de Convênios e Contratos , ou, Despesas com Compensação Futura, ganham explicação quando atentos a forma da dinâmica de procedimento contábil;

3 – Ainda não se procedeu a adequação, devida, ao Regime de Competência Contábil, dessa forma, uma série de apontamentos tornam-se dispensáveis por não se alcançarem os fatos;

4 – De todas as formas verifica-se o esforço e a competência administrativa na gestão dos recursos e na fruição de atividades;

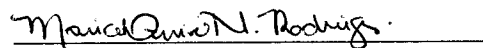
5 – Há que se verificar o norte de esclarecimento, pontual e preciso, de toda a equipe de apoio quando solicitada á manifestar-se sobre os dados em serem observados

6 – As Notas Explicativas, dispostas, ganham em explicitar toda a dinâmica de receitas e despesas e a excelência das atividades realizadas.

Dessa forma é que aprovamos as demonstrações contábeis e notas explicativas, por estarem de acordo com as normas contábeis vigentes.

É o que nos cumpre. Este é o Parecer.


Guilherme Antonio Alves Afencar


Maria Denise Nunes Rodrigues


Alexandre Oliveira Lima





FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
C.N.P.J/MF 05.330.436/0001-62
Balanco Patrimonial em 31/12/2013

	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
Caixa	5.000,00	500,00
Bancos Conta Movimento	0,00	404.625,40
Bancos Conta Vinculada-Convênios	1.156.088,38	1.729.157,24
Bancos Conta Vinculada-Contratos	337.919,90	1.209.559,65
Aplicações de Convênios	28.059.508,62	28.864.052,50
Aplicações de Contratos e Cursos	49.291.640,10	46.667.642,96
Aplicações de Liquidez de Curto Prazo	7.390.884,96	4.492.328,82
Despesas em serem ressarcidas de Convênios e Contratos	289.813,32	252.896,75
Créditos de Funcionários	0,00	0,00
Despesas com Compensação Futura	60.900,00	0,00
Despesas Antecipadas	<u>18.904,51</u>	<u>1.141,80</u>
	86.610.659,79	83.621.905,12
NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens de Uso	729.181,22	701.621,36
(-) Depreciação Acumulada	<u>-487.903,88</u>	<u>-385.115,61</u>
	241.277,34	316.505,75
ATIVO COMPENSADO		
COMPENSAÇÕES ATIVAS		
Bens Adquiridos com Recursos de Projetos, Convênios e Contratos	<u>74.221.922,89</u>	<u>69.751.338,02</u>
	74.221.922,89	69.751.338,02
TOTAL DO ATIVO	161.073.860,02	153.689.748,89

Fortaleza (CE), 31 de dezembro de 2013


FRANCISCO ANTONIO GUIMARÃES
Presidente


JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES 3375/O-1


GUILHERME ANTONIO ALVES ALENCAR
Conselho Fiscal


MÁRIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal


ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal

	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO		
CIRCULANTE		
EXIGIBILIDADES		
Saldos a Favor de Bancos	6.669,12	0,00
Obrigações Fiscais a Recolher	4.120,79	0,00
Obrigações Sociais e Previdenciárias	138.556,70	76.594,24
Outras Obrigações	261.418,72	237.171,21
Retencao por Conta de Terceiro	4.800,00	2.900,00
Convênios a Executar	29.215.597,00	30.593.209,74
Contratos a Executar	49.629.560,00	47.877.202,61
Credores Diversos - Convênios com a FCPC	<u>120.262,94</u>	<u>261.289,98</u>
	79.380.985,27	79.048.367,78
NÃO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES FISCAIS		
Contas a pagar	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	0,00	0,00
PATRIMÔNIO SOCIAL		
PATRIMÔNIO		
Patrimônio Social	4.890.043,09	3.397.441,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.172,11	-28.123,38
Superavit/Déficit do Exercício	<u>2.592.080,88</u>	<u>1.520.724,73</u>
	7.470.951,86	4.890.043,09
PASSIVO COMPENSADO		
COMPENSAÇÕES PASSIVAS		
Aquisições de Bens com Recursos de Projetos, Convênios e Contratos	<u>74.221.922,89</u>	<u>69.751.338,02</u>
	74.221.922,89	69.751.338,02
TOTAL DO PASSIVO + PS	161.073.860,02	153.689.748,89

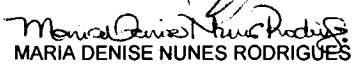
Importa o presente Balanço Patrimonial, nesta data, em R\$ 161.073.860,02 (Cento e sessenta e um milhões, setenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e dois centavos), tanto no ativo quanto no passivo, o qual assinamos.

Fortaleza (CE), 31 de dezembro de 2013


FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente


JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES 3375/O-1


GUILHERME ANTONIO ALVES ALENCAR
Conselho Fiscal


MARIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal


ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal



FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
C.N.P.J./MF 05.330.436/0001-62

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS E RESULTADO DO EXERCÍCIO
LEVANTADO EM 31/12/2013

RECEITAS

RECEITAS OPERACIONAIS

Serviços de Administração.....	R\$	3.848.972,54
Serviços Diversos.....	R\$	163.109,16
Receitas de Aplicações Financeiras.....	R\$	468.958,50
Outras Receitas.....	R\$	<u>1.262.671,87</u>
		5.743.712,07

TOTAL DAS RECEITAS..... R\$ 5.743.712,07 5.743.712,07

DESPESAS

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Administrativas.....	R\$	980.587,28
Gastos com a Rádio Universitária FM.....	R\$	225.788,78
Despesas Tributárias.....	R\$	74.417,03
Despesas com Projetos.....	R\$	515.006,47
Depreciações e Amortizações.....	R\$	102.788,27
Despesas Financeiras.....	R\$	5.307,37
Despesas com Pessoal.....	R\$	1.244.015,99
Outras Despesas.....	R\$	<u>3.720,00</u>
		3.151.631,19

TOTAL DAS DESPESAS..... R\$ 3.151.631,19 3.151.631,19

RESULTADO

Superavit nas operações da FCPC.....	R\$	2.817.869,66
Déficit nas operações da Rádio Universitária FM.....	R\$	(225.788,78)

SUPERAVIT DO EXERCÍCIO..... R\$ 2.592.080,88

TOTAL DAS DESPESAS + RESULTADO DO EXERCÍCIO..... R\$ 5.743.712,07

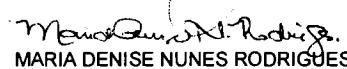
Fortaleza (CE), 31 de dezembro de 2013


FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente


GUILHERME ANTÔNIO ALVES ALENCAR
Conselho Fiscal


ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal


JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES 3375/O-1


MARIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal



FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
C.N.P.J./MF 05.330.436/0001- 62

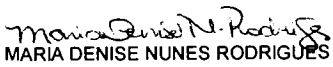
DEMONSTRATIVO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
LEVANTADO EM 31/12/2013


Valores Expressos em Reais			
1- ORIGENS DE RECURSOS			
1.1- Das Operações			
Superávit do Exercício	2.592.080,88		
(+) Depreciação do Ativo Imobilizado	102.788,27		
(-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.172,11		2.683.697,04
1.2- Dos Acionistas			
1.3- De Terceiros			
TOTAL DAS ORIGENS			2.683.697,04
2- APLICAÇÕES DE RECURSOS			
2.1- Das Operações			
2.2- Dos Investimentos			
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	<u>27.559,86</u>		<u>27.559,86</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES			27.559,86
3- VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (CCL)			2.656.137,18
4- DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CCL			
Discriminação	Final	Inicial	Variação
Ativo Circulante (AC)	86.610.659,79	83.621.905,12	2.988.754,67
(-) Passivo Circulante (PC)	79.380.985,27	79.048.367,78	332.617,49
(=) Capital Circulante Líquido (CCL)	7.229.674,52	4.573.537,34	2.656.137,18


FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente


JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES 3375/O-1


GUILHERME ANTÔNIO ALVES ALENCAR
Conselho Fiscal


MARIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal


ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal



FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
C.N.P.J./MF 05.330.436/0001-62

DEMONSTRATIVO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

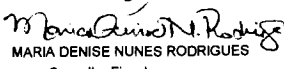
Evento	Patrimônio Social	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores	Superávit ou Déficit do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2012	3.397.441,74	-28.123,38	1.520.724,73	0,00	4.890.043,09
Incorporação Superávit/Patrimônio Social	1.520.724,73		-1.520.724,73		0,00
Incorporação Ajustes Ex. anteriores/Patrim. Social	-28.123,38	28.123,38			0,00
Ajustes efetuados no Exercício		-11.172,11			-11.172,11
Resultado do Exercício de 2013				2.592.080,88	2.592.080,88
Saldo em 31/12/2013	4.890.043,09	-11.172,11	0,00	2.592.080,88	7.470.951,86

Fortaleza (CE), 31 de dezembro de 2013


FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente


JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES-337599-1


GUILHERME ANTÔNIO ALVES ALENCAR
Conselho Fiscal


MARIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal


ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal



FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
C.N.P.J./MF 05.330.436/0001- 62

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
LEVANTADO EM 31/12/2013

1.	ATIVIDADES OPERACIONAIS		
1.1	Superávit do Exercício Ajustado		
	Superávit do Exercício	2.592.080,88	
	(+) Depreciação do Ativo Imobilizado	<u>102.788,27</u>	2.694.869,15
	Aumento em Adiantamentos a Projetos, Convênios e Contratos	-36.916,57	
	Aumento em Adiantamentos a Terceiros	-60.900,00	
	Aumento em Despesas Antecipadas	-17.762,71	
	Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.172,11	
	Redução de Convênios a Executar	-1.377.612,74	
	Aumento de Contratos a Executar	1.752.357,39	
	Aumento de Retencao Por Conta de Terceiros	1.900,00	
	Aumento de Saldos a Favor de Bancos	6.669,12	
	Aumento em Obrigações Fiscais a Recolher	4.120,79	
	Aumento em Obrigações Sociais e Previdenciárias	61.962,46	
	Aumento em Outras Obrigações	24.247,51	
	Diminuição em Credores Diversos - FCPC	-141.027,04	<u>205.866,10</u>
A.	CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		2.900.735,25
2.	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
2.1	Recebimento pela Vendas Ativo Imobilizado		0,00
2.2	Pagamento pela compra de Imobilizado		<u>-27.559,86</u>
B.	CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-27.559,86
C.	AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES (A + B)		2.873.175,39
D.	Movimentação do Disponível		
	Saldo inicial em 31/12/2012		83.367.866,57
	(+) Variação Líquida no Disponível em 2013		2.873.175,39
	(=) Saldo Final em 31/12/2013		86.241.041,96
3.	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL		
	Discriminação		
	Disponível em 31/12/2013		86.241.041,96
	(-) Disponível em 31/12/2012		83.367.866,57
	(=) Variação no Disponível		2.873.175,39

FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente

JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES 3375/O-1

GUILHERME ANTONIO ALVES ALENCAR
Conselho Fiscal

MARIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal

ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal



FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA
C.N.P.J/MF 05.330.436/0001-62

MAPA DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA
BALANÇO PATRIMONIAL 2013

ATIVO CIRCULANTE	REALIZAVEL A LONGO PRAZO	(AC + ARLP)	LG = (AC+ARLP)/(PC+PELP)
R\$ 86.610.659,79	R\$ -	R\$ 86.610.659,79	LG = 1,09
PASSIVO CIRCULANTE	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	(PC + PELP)	
R\$ 79.380.985,27	R\$ -	R\$ 79.380.985,27	

	ATIVO TOTAL		SG = (AT)/(PC+PELP)
	R\$ 161.073.860,02		SG = 2,03
PASSIVO CIRCULANTE	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	(PC + PELP)	
R\$ 79.380.985,27	R\$ -	R\$ 79.380.985,27	

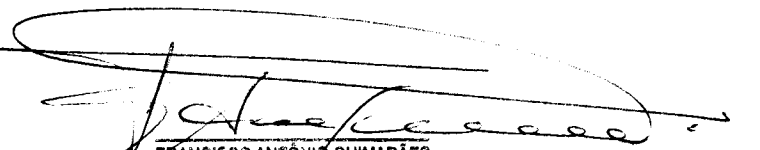
ATIVO CIRCULANTE	LC = (AC / PC)
R\$ 86.610.659,79	LC = 1,09
PASSIVO CIRCULANTE	
R\$ 79.380.985,27	

LG = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$

SG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$

LC = $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$

LG = ÍNDICES DE LIQUIDEZ GERAL
SG = SOLVÊNCIA GERAL
LC = LIQUIDEZ CORRENTE


FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente da FCPC


JOSE IVAN FERREIRA LUZ
Contador
CPF: 089.832.163-81
OAB FS 20337/0-1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012. (Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), instituída nos termos da escritura pública de 21 de janeiro de 1977, no Cartório do 1º Ofício de Notas da Comarca de Fortaleza, livro 7-D, é uma entidade de direito privado, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, de apoio à Universidade Federal do Ceará em suas ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, com personalidade jurídica, autonomia financeira e administrativa, tendo sede e foro na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

A FCPC declara para fins de não incidência na fonte do IR, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos (art. 20, inciso IV) de caráter social, a que se refere o ART 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

A Fundação tem como objetivo:

- Prestar apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal do Ceará, mediante a celebração de contratos ou convênios por prazo determinado ou mediante outras ações obedientes às normas da UFC;
- Incentivar o desenvolvimento do ensino, pesquisa, extensão e da cultura;
- Colaborar com ações públicas e privadas de interesse da Sociedade, bem como atuar conjuntamente com outras instituições congêneres.

A Fundação poderá celebrar contratos e convênios com outras entidades, desde que compatíveis com as finalidades da Universidade Federal do Ceará, expressas em seu plano institucional.

2. Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da FCPC foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução CFC nº. 1.409/12 que Aprova a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

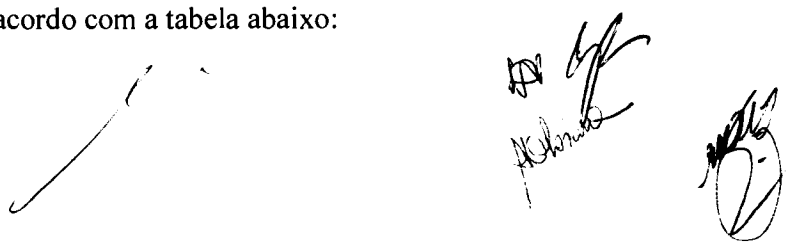
3. Principais Práticas Contábeis

3.1 Disponibilidade

As Disponibilidades designam dinheiro em caixa, saldos em contas bancárias, e investimentos de liquidez imediata que não apresentam risco significante de mudança de valor.

3.2 Imobilizado

O Ativo Imobilizado da FCPC esta registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, de acordo com a tabela abaixo:



DESCRIÇÃO	VALOR RESIDUAL	ANOS DE VIDA ÚTIL	TAXA ANUAL
Móveis e Utensílios	R\$ 56.489,6	10	10%
Máquinas e Equipamentos	R\$ 1.573,53	10	10%
Computadores e Periféricos	R\$ 289.455,47	5	20%
Veículos	R\$ 290.554,62	5	20%
Outros Materiais Permanentes	R\$ 57.623,89	5	20%

3.3 Ativo Compensado

O saldo das contas do Ativo Compensado correspondem aos bens de natureza permanente, adquiridos através dos projetos/convênios que ainda estão em andamento e que, por este motivo, ainda não foram transferidos de forma definitiva ao patrimônio a que se destinam. Como estes bens não são de propriedade da Fundação, a mesma mantém controle extra contábil em fichas de individualização dos bens, sem, entretanto, depreciá-los.

3.4 Saldos a favor de Bancos

A conta Saldos a favor de Bancos registra as contas correntes cujos saldos encontram-se credores em virtude da emissão de cheques, já contabilizados, sem que tenha havido o respectivo saque por parte dos beneficiários, com o conseqüente resgate dos valores que se encontram em aplicações financeiras. Face à natureza devedora dessas contas, as mesmas foram reclassificadas em contas do passivo.

3.5 Convênios e Contratos a Executar

Os registros relacionados à execução dos projetos (Convênios e Contratos), ou seja, as entradas e saídas de recursos estão evidenciadas em contas individuais do ativo e do passivo, não ocorrendo conseqüência na Demonstração do Superávit/Déficit da FCPC.

3.6 Receitas e Despesas da FCPC

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado respeitando-se o regime contábil de competência de exercício, no entanto alguns registros contábeis de receitas e despesas da entidade não foram reconhecidos pela competência, fato que será adequado a partir do exercício de 2014, conforme Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes.

4. Despesas em serem ressarcidas de Convênios e Contratos

Despesas em serem ressarcidas de convênios e contratos referem-se a obrigações fiscais, sociais e trabalhistas dos convênios e contratos que são pagas rigorosamente no vencimento pela FCPC, e que serão ressarcidos imediatamente no mês subsequente, ou seja, em janeiro de 2014. Cada projeto possui valores a transferir para FCPC registrados, conciliados e reconhecidos em contas contábeis específicas individualizadas.

5. Despesas com Compensação Futura

A Despesa com Compensação Futura refere-se a depósito em caução do contrato de aluguel de Número 50457/13 com prazo de vigência ate 12/06/2015, que será reclassificado no Ativo Não Circulante em janeiro de 2014, por causa da data de vencimento, conforme Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes.

6. Imobilizado

BENS DE USO	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Embarcações	Outros Materiais Permanentes	Computadores e Periféricos	
Saldo em 31.12.2012	R\$ 1.573,53	R\$ 54.909,63	R\$ 287.554,62	R\$ 33.484,08	R\$ 54.672,89	R\$ 269.426,61	R\$ 701.621,36
(-) Bens baixados no período	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(+) Bens adquiridos no período	R\$ -	R\$ 1.580,00	R\$ 3.000,00	R\$ -	R\$ 2.951,00	R\$ 20.028,86	R\$ 27.559,86
Saldo da conta em 31.12.2013	R\$ 1.573,53	R\$ 56.489,63	R\$ 290.554,62	R\$ 33.484,08	R\$ 57.623,89	R\$ 289.455,47	R\$ 729.181,22

DEPRECIACÃO	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Embarcações	Outros Materiais Permanentes	Computadores e Periféricos	
Saldo em 31.12.2012	R\$ 1.524,53	R\$ 26.482,83	R\$ 86.516,31	R\$ 33.484,08	R\$ 45.990,14	R\$ 191.117,72	R\$ 385.115,61
(-) Depreciação baixada no período	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(+) Depreciação no período	R\$ 42,00	R\$ 5.609,43	R\$ 58.010,92	R\$ -	R\$ 3.853,38	R\$ 35.272,54	R\$ 102.788,27
Saldo da conta em 31.12.2013	R\$ 1.566,53	R\$ 32.092,26	R\$ 144.527,23	R\$ 33.484,08	R\$ 49.843,52	R\$ 226.390,26	R\$ 487.903,88

VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL (31/12/2013)							
R\$ 7,00	R\$ 24.397,37	R\$ 146.027,39	R\$ -	R\$ 7.780,37	R\$ 63.065,21	R\$ 241.277,34	

7. Obrigações Fiscais, Sociais e Previdenciárias

A FCPC mantém o registro e controle de suas obrigações com os impostos e contribuições. Os saldos estão evidenciados a seguir conforme o Balanço Patrimonial.

OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER	
IRRF a Recolher	R\$ 4.120,79
TOTAL	R\$ 4.120,79
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS	
INSS a Pagar (Assalariados)	R\$ 39.843,11
SINTUFCE	R\$ 138,48
FGTS a Pagar	R\$ 97.369,31
PIS a Pagar	R\$ 1.205,80
TOTAL	R\$ 138.556,70

[Handwritten signatures and initials]

8. Convênios e Contratos a Executar

As contas do passivo “Convênios e Contratos a executar” representam todos os recursos vinculados a Projetos nas contas do ativo “Bancos Conta Vinculada e Aplicações de Convênios e Contratos”, sendo registradas em contas contábeis específicas individualizadas.

Em relação às aplicações financeiras de convênios e contratos quando do aumento do ativo por conta dos rendimentos ocorre o mesmo lançamento em contrapartida a Convênios e Contratos a Executar no passivo circulante.

Tal prática não apresenta efeito na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da FCPC, pois todas as despesas incorridas dos convênios e contratos são vinculadas aos recursos recebidos.

ATIVO	2013
Bancos Conta Vinculada-Convênios	1.156.088,38
Bancos Conta Vinculada-Contratos	337.919,90
Aplicações de Convênios	28.059.508,62
Aplicações de Contratos e Cursos	49.291.640,10
	78.845.157,00
PASSIVO	2013
Convênios a Executar	29.215.597,00
Contratos a Executar	49.629.560,00
	78.845.157,00

9. Ajuste de Exercícios Anteriores.

Durante o exercício de 2013 foram efetuados ajustes de exercícios anteriores referentes a retificações de erros no reconhecimento de despesas e receitas relacionadas a 2012 e outros, no montante total de R\$ 11.172,11, valor este a ser incorporado totalmente ao Patrimônio Social no início do exercício de 2014.


FRANCISCO ANTÔNIO GUIMARÃES
Presidente


JOSÉ IVAN FERREIRA LUZ
Contador CRC-ES 6375/O-1


GUILHERME ANTONIO ALVES AENCAR
Conselho Fiscal


MÁRIA DENISE NUNES RODRIGUES
Conselho Fiscal


ALEXANDRE OLIVEIRA LIMA
Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Administradores e Conselheiros da:

Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC

Fortaleza – CE

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis X

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A entidade não adotou para o exercício de 2013 os procedimentos contemplados na NBC TG 01 e NBC TG 27 emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções nº 1.292/2010 e 1.177/2009, respectivamente, sobre o estabelecimento de vida útil para os bens, das taxas de depreciação e a redução do valor recuperável do ativo imobilizado. Diante disso, ficamos impossibilitados de mensurar eventuais efeitos decorrentes da aplicação das normas sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à mensuração dos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis anteriormente referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício anterior, apresentadas para comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cuja opinião foi emitida sem ressalva.

Fortaleza (CE), 28 de abril de 2014.

BARROS AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC - CE001340/O-9

José da Silva Barros
CRC - CE 009280/O-8

Cel.: 01 (85) 8733.8680
TIM (85) 9763.7075
barrosauditor@gmail.com



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Administradores e Conselheiros da:

Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC

Fortaleza – CE

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC é responsável pela elaboração e adequação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação das demonstrações contábeis da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis

utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A entidade não adotou para o exercício de 2013 os procedimentos contemplados na NBC TG 01 e NBC TG 27 emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções nº 1.292/2010 e 1.177/2009, respectivamente, sobre o estabelecimento de vida útil para os bens, das taxas de depreciação e a redução do valor recuperável do ativo imobilizado. Diante disso, ficamos impossibilitados de mensurar eventuais efeitos decorrentes da aplicação das normas sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto à mensuração dos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis anteriormente referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC, em 31 de dezembro de 2013, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício anterior, apresentadas para comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, cuja opinião foi emitida sem ressalva.

Fortaleza (CE), 28 de abril de 2014.

BARROS AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC - CE 001340/O-9

José da Silva Barros
CRC - CE 009280/O-8

**FUNDAÇÃO CEARENSE DE
PESQUISA E CULTURA - FCPC**

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES

Contábil

01. REGIME DE COMPETÊNCIA

Receitas de contratos e convênios

A entidade adota como prática registrar contabilmente as receitas de administração dos contratos e convênios firmados com os órgãos financiadores pelo regime de caixa e não pelo regime de competência, conforme determinado no item 08 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, divulgada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através da Resolução nº 1.409/2012.

A norma recomenda que as receitas e as despesas devam ser reconhecidas, respeitando o regime contábil da competência.

O regime contábil da competência se caracteriza por os valores a receber e a pagar serem reconhecidos contabilmente independentemente do recebimento e do pagamento.

Portanto, quando o convênio ou o contrato for fechado e iniciar a execução do projeto os valores das receitas de administração devem ser registradas contabilmente como a receber.

Despesas próprias

Detectamos ainda o reconhecimento contabilmente pelo regime de caixa de algumas despesas com aluguel e seguros.

Os contratos apresentados na tabela a seguir, foram reconhecidos, em sua totalidade, como despesas no mês do pagamento.

CONTA	DATA	HISTÓRICO	VALOR R\$
3.1.1.01.01.01.00021	17/06/13	Ch 857754 pago aluguel Fco AR Barbosa 06/13 a 06/14	12.000,00
3.1.1.01.01.01.00034	09/08/13	Deb C/C boleto Allianz Seguros S/A	3.741,80
3.1.1.01.01.01.00034	09/08/13	Deb C/C conf boleto 2o parc - Allianz Seguros S/A	3.741,82
3.1.1.01.01.01.00034	03/09/13	Deb C/C Allianz Seguro S/A ref frota carro FCPC	3.741,82
3.1.1.01.01.01.00034	10/10/13	Deb C/C conf boleto 03-31-5457886/04 Allianz Seg S/A	3.741,82

O aluguel deve ser reconhecido contabilmente de conformidade com o contrato. Se o contrato é de um ano, o valor do aluguel será registrado como despesa efetiva no mês a que corresponder o aluguel.

No caso das despesas de seguros, tal seguro, deve ser registrado conforme apólice. Se o seguro é para cobertura de um ano, o valor da despesa deve ser registrado no mês a que corresponder a cobertura.

Portanto, recomenda-se a adoção do regime contábil da competência.

02. NOTAS EXPLICATIVAS

Com o advento publicação da NBC ITG 2002, divulgada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da Resolução CFC nº 1.409/2012, as entidades sem finalidade de lucros deverão elaborar notas explicativas às demonstrações contábeis atendendo, no mínimo ao disposto no item 27 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Para seu conhecimento, citamos, na íntegra, tal item:

As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;
- (n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Adotar o disposto no normativo mencionado.

03. IMOBILIZADO

No balanço patrimonial o valor do ativo imobilizado líquido está representado por R\$ 241.277,34.

Vale ressaltar que, de conformidade com as novas práticas contábeis constantes da NBC TG 01 e NBC TG 27, divulgadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções nº 1.292/2010 e 1.177/2009 respectivamente, os valores dos ativos deverão ser registrados pelo seu valor de realização.

Tais resoluções orientam que os bens devam ser registrados como imobilizado tendo com base o período estimado que a entidade pretenda utilizá-los em suas atividades. A diferença entre o custo de aquisição e o valor imobilizado representa o residual, ou seja, o valor do ativo após o término de sua vida útil estimada.

A inobservância das normas antes citadas proporcionam as inconsistências nas demonstrações contábeis:

- a) No efetivo valor recuperável dos bens; e
- b) Cálculo de depreciação não fundamentado na vida útil efetiva dos bens.

Diante disso, recomendamos a observância dos normativos mencionados, em combinação com NBC ITG 2002 que trata das especificidades das Entidades sem Finalidade de Lucro, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções nº 1.409/2012.

04. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No patrimônio líquido da entidade existe um saldo no montante de R\$ 11.172,11 na conta contábil "2.4.1.01.01.03.00001 - Ajustes de Exercícios Anteriores". Entretanto, a referida conta não deveria apresentar saldo.

A partir de 2010 as práticas contábeis foram reformuladas. Tais práticas indicam através da NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através das Resoluções nº 1.179/2009, que erros cometidos em períodos anteriores identificados em períodos seguintes, deverão ser corrigidos no período contábil a que corresponder.

Recomendamos incorporar ao superávit os valores dos ajustes de exercícios anteriores apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Financeiro

05. APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO

No balanço patrimonial de 2013 apresenta um valor de R\$ 7.390.884,96, registrado no grupo ativo circulante, na conta contábil "1.1.4.01.01.01 - BANCO DO BRASIL S/A".

Tal valor é definido como um instrumento financeiro, conforme determinação da NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, divulgada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através da Resolução nº 1.196/2009 e deve ser classificado para o grupo ativo não circulante, pois, a administração da Entidade não tem a intenção de realizar o resgate dos valores aplicados.

Adotar ao disposto no normativo supramencionado.

Administrativo

06. CONTRATO DE ALUGUEL

No exercício de 2013 foi efetuado um depósito em caução contabilizado dia 30/08/2013 no valor de R\$ 60.900,00, relativo ao contrato de aluguel de número 50457/13, entre a Entidade e a empresa W&L Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., referente a 05 (cinco) salas comerciais do Edifício Premium Business Tower Av. Humberto Monte, 100.

O referido registro contábil está indevidamente classificado no ativo circulante, pois, trata-se de um instrumento financeiro a ser restituído à Entidade ao final do contrato de locação e, conforme cláusula "V – PRAZO DE LOCAÇÃO" o prazo de vigência vai até dia 12 de junho de 2015.

A orientação do registro contábil da caução está contemplada na NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, através da Resolução nº 1.196/2009.

07. INSPEÇÃO FÍSICA DOS BENS

Com base no relatório de controle patrimonial, disponibilizado pela administração, realizamos uma amostra nos bens para os exames de auditoria sobre a sua existência física, e constatamos algumas inconsistências, conforme citamos na tabela a seguir:

PLAQUETA	SETOR	NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO	VALOR R\$	NOTA
17429	Licitação (CT - Infra)	461549	Micro computador portátil Dell	2.601,76	(A)
16268	Vice-presidência	873824	Câmera SLR D-60c Objetiva	5.176,55	(B)
16232	Geral	292314	Veículo Pálio ELX 5P Flex	34.974,64	(C)
17489	Geral	21096	Veículo Carga Fechada Hyunday	67.000,00	(D)

- (A) – Bem não identificado fisicamente;
 (B) – Termo de responsabilidade não assinado pelo recebedor;
 (C) - Trocado por um gol, entretanto não foi baixado;
 (D) - Veículo não consta no termo de responsabilidade.

Recursos humanos

08. FOLHA DE PAGAMENTO

De conformidade com os exames realizados nos dossiês dos funcionários e na folha de pagamento de dezembro de 2013, constatamos algumas inconsistências, conforme apresentamos na tabela a seguir:

TIPO	COLABORADOR	MATRÍCULA	NOTA
Funcionário	Alexandre Queiroz Peixoto	3793	(A)
Funcionário	José Ribamar Ribeiro Costa Júnior	3585	(B)
Funcionário	Marília Rodrigues Maciel Mano Carvalho	3551	(C)

Matrícula: 3793 (A)

- O referido funcionário teve o valor do IR retido a maior em R\$ 51,81;
- Não foi localizado o Atestado de Saúde Ocupacional periódico;
- Não foi localizada a autorização para desconto em folha do plano odontológico;
- O comprovante de endereço não está atualizado;

Em relação ao IRRF, o valor retido a maior decorre do não abatimento do valor da pensão alimentícia para fins de apuração da base de cálculo do tributo.

Matrícula: 3585 (B)

- Não foi localizado o Atestado de Saúde Ocupacional periódico;
- O comprovante de endereço não está atualizado;

Matrícula: 3585 (C)

- Não foi localizado o Atestado de Saúde Ocupacional periódico;
- Não foi localizada a autorização para desconto em folha do vale transporte e o comprovante do trecho diário percorrido pelo colaborador;

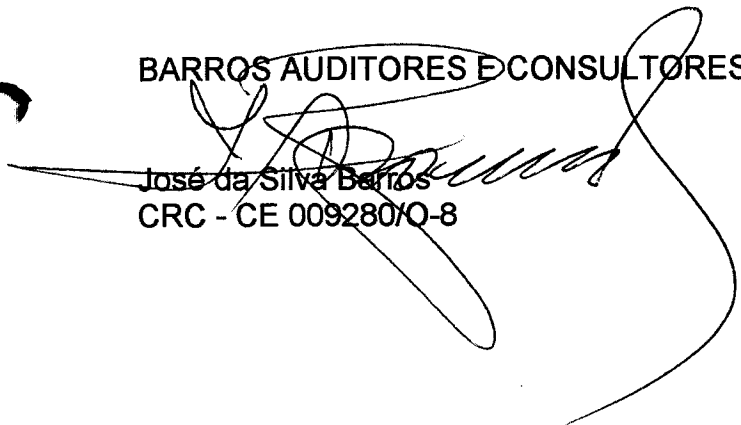
- O comprovante de endereço não está atualizado;

A entidade não adota como prática a realização de exames médicos periódicos. A NR 7 – Norma Regulamentadora 7, no item 7.4.1 indica que O PCMSO deve incluir, entre outros, a realização obrigatória dos exames médicos:

- a) Admissional;
- b) Periódico;
- c) De retorno ao trabalho;
- d) De mudança de função;
- e) Demissional.

Recomendamos proceder à regularização dos pontos levantados.

BARROS AUDITORES E CONSULTORES S/S



José da Silva Barros
CRC - CE 009280/O-8